

BENEDICT ANDERSON

Comunidades imaginadas

*Reflexões sobre a origem e a
difusão do nacionalismo*

Tradução
Denise Bottman

2ª reimpressão


COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © Benedict Anderson, 1983, 1991

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism

Capa

Mariana Newlands

Foto de capa

Todos os esforços foram feitos para determinar a origem da imagem de capa, e termos prazer em creditar a fonte, caso se manifeste.

Preparação

Gissela Mate

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Marise S. Leal

Valquiria Della Pozza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Anderson, Benedict R.

Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo / Benedict Anderson ; tradução Denise Bottman. — São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

Título original: Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-1188-6

I. Nacionalismo - História I. Título.

08-00975

CDD-320.54

Índice para catálogo sistemático:

I. Nacionalismo ; Ciência política 320.54

[2011]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

A minha mãe e a Tantiëtte, com amor e gratidão

Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

Walter Benjamin, *Iluminações*

Então de uma Mistura de todo tipo se

fez Aquela Coisa Heterogênea, Um Inglês:

Em ansioso estupro e furiosa luxúria gerado

Entre um escocês e um bretão pintalgado:

Cuja prole fértil depressa aprendeu a se curvar,

E ao arado romano as suas novilhas subjugar:

De onde uma Raça híbrida Mestiça surgiu então,

Sem Fala nem Fama, nem Nome ou Nação.

E agora Mesclas de Saxão e Dinamarquês logo

Surgiram infundidas nas suas Veias de fogo.

Enquanto as suas Filhas de Escol, seguindo os Pais,

Com Promíscua Luxúria às Nações se davam sem mais.

Essa Raça Nauseante continha mesmo, sem hesitação,

O Sangue dos Ingleses de boa extração...

Daniel Defoe, *The true-born Englishman*

Sumário

Apresentação: Imaginar é difícil (porém necessário)	9
Prefácio à segunda edição	19
Agradecimentos	25
Introdução	26
1. Raízes culturais	35
2. As origens da consciência nacional	71
3. Pioneiros crioulos	84
4. Velhas línguas, novos modelos	107
5. Imperialismo e nacionalismo oficial	127
6. A última onda	163
7. Patriotismo e racismo	199
8. O anjo da história	216
9. Censo, mapa, museu	226
10. Memória e esquecimento	256
Posfácio	281
Bibliografia	311
Índice remissivo	319

Imaginar é difícil (porém necessário)

É possível dizer que nações não possuem data de nascimento identificada num registro oficial e que a morte delas, quando ocorre, nunca tem uma causa “natural”. Como disse certa vez o historiador Fernand Braudel, acontecimentos como esses são poeira: eles atravessam a história como breves lampejos; mal nascem e já retornam à noite e amiúde ao esquecimento.

E foi em torno dessas verdadeiras políticas coletivas — as nacionalidades — marcadas por algumas lembranças e muitos esquecimentos que se debruçou Benedict Anderson: um grande especialista na política e na história da Indonésia e do Sudeste Asiático. Professor emérito da Universidade de Cornell, Benedict nasceu em Kunning, na China, filho de pai de nacionalidade anglo-irlandesa e de mãe inglesa. Ele e seu irmão Perry — o famoso historiador marxista — foram educados na Inglaterra, tendo Benedict estudado na Universidade de Cambridge, onde completou sua formação.

Não há evento social que seja totalmente imune à história, mas o objeto deste livro — o nacionalismo — é particularmente

afeito a este tipo de abordagem que questiona a sincronia e a falta de temporalidade. No entanto, se a discussão é antiga e marcada por interpretações tradicionais, já o argumento de Benedict Anderson é claro e, apesar de amplamente pautado nos exemplos da área político-geográfica de especialidade dele, permite uma reflexão ampla e que acomoda diferentes locais e contextos. O autor se opõe a argumentos consagrados, como os do sociólogo e filósofo liberal Ernest Gellner — que vinculou o nacionalismo ao industrialismo europeu ocidental — ou o do historiador conservador Elie Kedourie, o qual ligou o nacionalismo à Ilustração, à Revolução Francesa e ao nascimento do Estado francês. Anderson também discordou da análise marxista de Eric Hobsbawm, e apostou suas fichas em algumas ideias centrais: a importância do papel da imprensa e do fenômeno que ele denomina de “capitalismo editorial”, e a novidade da “vernacularização” por oposição à antiga hegemonia do latim.

O resultado é um livro inquietante, que desafia conceitos fáceis como a ideia de “invenção”, esse termo que vem sendo castigado e utilizado em excesso pela historiografia, de uma maneira geral. Mais que inventadas, nações são “imaginadas”, no sentido de que fazem sentido para a “alma” e constituem objetos de desejos e projeções. Benedict Anderson mostra como o nacionalismo, ao contrário do modelo marxista, que privilegia a esfera da “emissão” e entende a política como exercício exclusivo dos mandatários e poderosos, possui uma legitimidade emocional profunda; pauta-se pela ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma seleção, com frequência consciente. Essas “amnésias do nacionalismo” são devidamente analisadas teórica e empiricamente pelo autor, que lança mão de um leque variadíssimo de exemplos que não se limita a um local ou temporalidade. Com isso, fica fácil acompanhar o argumento do

historiador, que mostra como a condição de nação (*nation-ness*) é o valor de maior legitimidade universal na vida política moderna e se tornou “modular”, no sentido de que pode ser transplantado e traduzido, com diversos graus de autoconsciência e oficialidade.

Comunidades imaginadas foi publicado pela primeira vez em 1983 e ganhou outras edições e até dois capítulos, quase uma década depois, sendo que estes últimos funcionam como apêndices independentes (e estão incluídos nesta nova edição brasileira). O livro foi ainda traduzido para um número espantoso de idiomas, revelando como a discussão proposta pelo autor não é prisioneira de determinado contexto ou temporalidade. Se um dos objetivos de Anderson foi “deseuropeizar” o estudo teórico do nacionalismo, seu sucesso é evidente. Publicado originalmente, e simultaneamente, em Londres e em Nova York, o livro logo se converteu em bibliografia obrigatória, sobretudo nos cursos sobre nacionalismo.

Mas *Comunidades imaginadas* não ficaria restrito aos países de tradição inglesa. Foi editado no Japão, na Alemanha, no Brasil (pela primeira vez em 1989), ganhou tradução servo-croata, coreana, mexicana, turca, isso sem esquecermos outros países europeus: foi vertido para o sueco, o holandês, o norueguês, o francês, o italiano, o grego e o polonês. Por fim, em 1990 a obra entrou numa lista dos cem livros mais significativos (e de publicação recente) na área de história e ciências sociais, e recebeu traduções para o búlgaro, o esloveno, o russo, o romeno e o lituano. Depois de 1998 o livro seria editado, ainda, em Taipei, Tel-Aviv e no Cairo, além de ganhar versão catalã e portuguesa.

Como se vê, *Comunidades imaginadas* correu mundo, e sua recepção revelou-se das mais promissoras. Afinal, longe da definição “essencial” de nação (como se a mesma contivesse elementos estáveis e naturais), afastado da versão exclusivamente maquiavélica (que supõe um controle absoluto dos governos na conformação dos Estados-nação), Anderson mostrou de que maneira a

nação é — dentro de um espírito antropológico — uma comunidade política imaginada; quase uma questão de parentesco ou religião. Nesse sentido, ela é tão limitada como soberana, na medida em que inventa ao mesmo tempo em que mascara. Não há, portanto, comunidades “verdadeiras”, pois qualquer uma é sempre imaginada e não se legitima pela oposição falsidade/autenticidade. Na verdade, o que as distingue é o “estilo” como são imaginadas e os recursos de que lançam mão.

Uma nação é *limitada*, uma vez que apresenta fronteiras finitas e nenhuma se imagina como extensão única da humanidade. Contudo, é também *soberana*, já que o nacionalismo nasce exatamente num momento em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade dos reinos dinásticos e de ordem divina. Por fim, nações são imaginadas como *comunidades* na medida em que, independentemente das hierarquias e desigualdades efetivamente existentes, elas sempre se concebem como estruturas de camaradagem horizontal. Estabelece-se a ideia de um “nós” coletivo, irmanando relações em tudo distintas.

Segundo Benedict Anderson, com o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas — isto é, com o fim crescente dos sistemas divinos e religiosos —, ocorrem transformações nos modos de “aprender o mundo” e que possibilitam “pensar a nação”. Além do mais, influenciado por Walter Benjamin, o autor mostra como os discursos da nacionalidade são caracterizados pela noção de simultaneidade, que inaugura uma ideia de tempo vazio e homogêneo. Abolem-se divisões cronológicas claras, e em seu lugar se estabelecem regimes de temporalidade que jogam para a esfera do mito o passado e os momentos de fundação.

É por isso que o romance e o jornal proporcionariam os meios técnicos ideais para “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada a que corresponde uma nação. Aí estaria o fenômeno do capitalismo editorial, tão bem analisado por Benedict, o qual demonstra

como é por meio do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada. O jornal, que introduz notícias de locais distintos em tempos variados — mas pressupõe sempre a ideia de contiguidade —, constituiria elemento recorrente nas práticas nacionais modernas. Por outro lado, como também concluiu Edward Said, os romances de fundação acabariam por se apresentar como elementos destacados na construção coletiva de um passado e de um “nós” comum e identificado. A partir deles se daria uma espécie de confirmação hipnótica da solidez de uma comunidade, a qual naturaliza a história e o próprio tempo.

Assim, é possível imaginar nações quando uma determinada língua escrita se converte em um acesso privilegiado para a construção de verdades ontológicas. Nesse sentido, a língua cumpre papel fundamental quando permite a unificação da leitura, a manutenção do suposto de uma antiguidade essencial, e, sobretudo, a partir do momento em que se torna oficial. Fica assim montado o cenário para a nação moderna, que nascia da convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana. Por outro lado, a história — ou melhor, uma certa concatenação “natural” e irreversível de fatos — levou os eventos vividos por diferentes testemunhas e analistas a se transformarem em “coisas” e com nome próprio. Esse é o caso, por exemplo, da Revolução Francesa, cuja experiência foi modelada pela página impressa, afirmando-se, hoje em dia, como um conceito definidor da modernidade ocidental; nos termos de Anderson, um “conjunto de nações imaginadas”.

Benedict destrói, pois, com suas análises realidades políticas bem constituídas em nosso imaginário, como a “antiga” Índia, a “aristocrática” Inglaterra ou a “longínqua” Suíça. Nada sobrevive a seu olhar, atento à “naturalização” de realidades imaginadas. A noção

unificada de indonésio, o conceito de negritude, a realidade política hoje conhecida como Indochina: tudo surge sob nova luz a partir de uma lente que desfoca identidades que parecem homogêneas e estabilizadas e demonstra como estas podem ser híbridas. Com efeito, o que este livro comprova, à exaustão, é o processo como se constroem solidariedades e como, a partir do momento em que a nação é imaginada, ela é, então, modelada, adaptada e transformada.

Mas engana-se aquele que pensa que esse processo é externo às populações estudadas. Anderson mostra o apego que os povos têm às suas imaginações e como são capazes de morrer por suas invenções. Os mexicanos retornam a um passado asteca ainda que não falem mais a língua; os uruguaios selecionam “um herói indígena”, e os suíços recorrem sempre a seu “tradicional multilinguismo” quando essa realidade é absolutamente recente e data de finais do século XIX. Há todo um imaginário afetivo, e o que os olhos são para quem desejada, a língua é para o patriota. Por meio da língua, que conhecemos ao nascer e só perdemos quando morremos, restauram-se passados, produzem-se companheirismos, assim como se sonham com futuros e destinos bem selecionados.

O fato é que dizer que as nações são inventadas não resolve problema algum. Como afirma o antropólogo Roy Wagner, não há como não inventar culturas, do mesmo modo que não há como manter as suas patentes intactas: elas aí estão para ser copiadas e modificadas. Conforme provocava Renan, ainda no século XIX, as nações precisam “*oublie bien des choses*”, mas isso não deixando de muito imaginar. O que as torna possíveis é, efetivamente, seu poder de fazer sentido dentro do repertório das nações e da gramática dos povos.

Pensemos nos Estados coloniais e em três instituições fundamentais no sentido de moldar as imaginações: os censos, os mapas e os museus. Juntos, como mostra Anderson, eles conformaram

profundamente a maneira como o Estado imaginava seu domínio, a natureza dos seres por ele governados e a geografia de seu território (e, portanto, a legitimidade em relação ao passado). Juntos, também, eles criaram realidades unificadas, por mais distintas que fossem; categorias raciais claras em territórios onde os grupos se misturavam e fundiam; histórias sequenciais e lógicas; mapas e fronteiras fixos. Os censos, mais que espelhar, construíram realidades claras e rígidas, permitindo prever políticas para essas populações devidamente imaginadas. Os mapas estabeleceram limites, demarcaram espaços e constituíram um novo discurso cartográfico capaz de comprovar a vetustez das unidades territoriais. Por fim, não se pode descurar da importância da imaginação museológica e dos serviços arqueológicos coloniais que se conformaram como instituições de poder e de prestígio. Edifícios viraram monumentos, e histórias particulares foram consagradas como nacionais, nos novos museus coloniais. Com essas operações comuns, e ordenadas, os dados retirados dos censos, dos museus e dos mapas passaram a ser signo puro, e não mais bússolas do mundo. Aí pode se encontrar a urdidura essencial desse pensamento classificatório e totalizante, que transformava datas em eventos, passagens rápidas em marcos fundadores nacionais.

Os exemplos de Benedict Anderson são muitos e incomodam nossas certezas, também pautadas por lógicas classificatórias. Nem tão antigas são as nações que considerávamos perdidas no tempo, assim como nem tão novo é esse Novo Mundo americano.

Comunidades imaginadas — novamente à disposição do público brasileiro — não perdeu a validade. Sua publicação pode reacender a discussão, sempre presente entre nós, sobre essa nossa nacionalidade tropical e uma identidade invariavelmente definida pela “falta”. Imaginar é, como vimos, selecionar e obliterar, e é interessante pensar como, em meados do século XIX, em pleno Império, nos entendíamos como europeus ou no máximo indíge-

nas (tupis de preferência), isso quando mais de 80% da população era constituída de negros e mestiços. Além disso, na representação oficial “esquecemos” a instituição escravocrata — espalhada por todo o país — e exaltamos a natureza provedora dos trópicos, como se o país fosse feito basicamente da imagem de sua flora exuberante. Vale a pena lembrar, ainda, o “milagre” operado nos anos 1930, quando a mestiçagem de mácula se transforma na nossa mais profunda redenção. A partir de então a capoeira e o candomblé virariam “nacionais”, do mesmo modo que o samba e o próprio futebol, o qual era destituído de sua identidade inglesa e se transformava — como em um passe de mágica — numa marca da brasilidade.

Nações são imaginadas, mas não é fácil imaginar. Não se imagina no vazio e com base em nada. Os símbolos são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados “naturais e essenciais”; pouco passíveis de dúvida e de questionamento. O uso do “nós”, presente nos hinos nacionais, nos dísticos e nas falas oficiais, faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de individualidade e apague o que existe de “eles” e de diferença em qualquer sociedade. Só assim se entende, por exemplo, o nosso famoso *Hino da proclamação da República*, o qual, paradoxalmente, não é nosso *Hino nacional*. Escrito em 1889, um ano após a abolição da escravidão, ele conclamava os brasileiros a cantar coletivamente: “Nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país...”. A escravidão fora abolida havia apenas um ano, mas já virava matéria do passado, assim como a nacionalidade, recém-descoberta, era vista como um grande coletivo devidamente naturalizado.

Como diz Anderson, os primeiros movimentos latino-americanos pela independência eram de “pouca espessura social”, mas trataram de ganhá-la. Foi assim que nos transformamos no país do samba e do futebol, e é por eles que morremos ou defendemos a

nacionalidade. A ideia da exclusão social e da violência é de certa maneira recente em nossos noticiários, e nunca fez parte de nossa “imaginação nacional”. Enquanto imaginário, “Deus continua brasileiro” e gosta de cachaça e caipirinha. A nação constrói tempos vazios e homogêneos, e amnésias coletivas fazem parte desse jogo político, também por aqui, muito bem disputado.

Lília Moritz Schwarcz
Professora do Departamento de Antropologia
Universidade de São Paulo

Prefácio à segunda edição

Quem haveria de pensar que a tempestade sopra mais forte quanto mais se afasta do Paraíso?

Os conflitos armados de 1978-79 na Indochina, que forneceram a ocasião imediata para o texto original de *Comunidades imaginadas*, parecem já, decorridos apenas doze anos, pertencer a uma outra era. Na época, eu estava obcecado com a perspectiva de outras guerras totais entre os estados socialistas. Neste momento, metade desses estados faz parte das ruínas aos pés do Anjo, e o restante teme seguir o mesmo destino. O que os sobreviventes enfrentam são guerras civis. É muito provável que, no começo do novo milênio, não reste muita coisa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas exceto... repúblicas.

Isso deveria ter sido previsto? Em 1983, escrevi que a União Soviética era “a herdeira dos estados dinásticos pré-nacionais, mas também a precursora de uma ordem internacionalista no século XXI”. Mas, ao rastrear as explosões nacionalistas que destruíram os vastos impérios políglotas e poliétnicos governados a partir de Viena, Londres, Constantinopla, Paris e Madri, não vi que o rasti-

lho se estendia pelo menos até Moscou. É um triste consolo ver que a história está confirmando a “lógica” de *Comunidades imaginadas* melhor do que o autor conseguiu fazer.

Não foi apenas o mundo que mudou nestes últimos doze anos. O estudo do nacionalismo também se transformou de maneira espantosa — em método, escala, sofisticação e quantidade. Para ficar apenas na língua inglesa, *Nations before nationalism*, de J. A. Armstrong (1982), *Nationalism and the state*, de John Breuilly (1982), *Nations and nationalism*, de Ernest Gellner (1983), *Social preconditions of national revival in Europe*, de Miroslav Hroch (1985), *The ethnic origins of nations*, de Anthony Smith (1986), *Nationalist thought and the colonial world*, de P. Chatterjee (1986), e *Nations and Nationalism since 1788 [Nações e nacionalismo desde 1780]*, Paz e Terra, 1991], de Eric Hobsbawm — para citar apenas alguns dos textos fundamentais —, tornaram, com o seu alcance histórico e força teórica, em grande medida obsoleta a literatura tradicional sobre o assunto. Em parte graças a essas obras, desenvolveu-se uma extraordinária proliferação de estudos históricos, literários, antropológicos, sociológicos, feministas e outros, relacionando os objetos desses campos de pesquisa com nacionalismo e nação.¹

Adaptar *Comunidades imaginadas* às exigências dessas enormes mudanças no mundo e na bibliografia é uma tarefa que ultrapassa minhas condições atuais. Achei melhor, portanto, deixá-lo como uma peça de época, “sem restauração”, com o seu próprio estilo, perfil e humor. Duas coisas me consolam. Por um lado, o resultado final completo da marcha dos acontecimentos no antigo mundo socialista continua envolto em obscuridade. Por outro lado, *Comunidades imaginadas*, com seu método e preocupações idiossincráticas, ainda me parece à margem dos estudos mais

1. Hobsbawm teve a coragem de concluir, a partir dessa explosão acadêmica, que a era do nacionalismo está chegando ao fim: a coruja de Minerva voa no anoitecer.

recentes sobre o nacionalismo — nesse sentido, pelo menos, ainda não totalmente superado.

O que tentei fazer, na presente edição, foi simplesmente corrigir erros factuais, conceituais e interpretativos que eu deveria ter evitado ao preparar a versão original. Essas correções — no espírito de 1983, por assim dizer — incluem algumas alterações da primeira edição e dois novos capítulos, que têm basicamente caráter de apêndices.

No texto principal, descobri dois erros graves de tradução, pelo menos uma promessa não cumprida e uma ênfase enganosa. Como não sabia ler espanhol em 1983, confiei irrefletidamente na tradução inglesa de *Noli me tangere*, de José Rizal, feita por Leon Maria Guerrero, embora existissem traduções anteriores. Foi só em 1990 que descobri como a tradução de Guerrero era incrivelmente deturpada. Em citação longa e importante de *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*, de Otto Bauer, eu me baseei, por preguiça, na tradução de Oscar Jászi. Em uma consulta mais recente ao original alemão, vi até que ponto as preferências políticas de Jászi tingiram suas citações. Pelo menos em duas passagens, prometi levemente explicar por que o nacionalismo brasileiro se desenvolveu tão tarde e de maneira tão idiossincrática em comparação ao de outros países latino-americanos. No presente texto, procuro cumprir a promessa que quebrei.

Em meu plano original, pretendia enfatizar as origens do nacionalismo no Novo Mundo. Achava que havia certo provincianismo inconsciente deformando e distorcendo, por muito tempo, a teorização sobre o assunto. Os estudiosos europeus, acostumados à ideia de que tudo o que há de importante no mundo moderno começou na Europa, assumiram descuidadamente a “segunda geração” dos nacionalismos etnolinguísticos (húngaro, tcheco, grego, polonês etc.) como ponto de partida para suas modelagens, fossem estas “contra” ou “a favor” do nacionalismo. Fiquei espan-

tado ao ver, em vários comentários sobre *Comunidades imaginadas*, que esse provincianismo eurocêntrico se mantinha inabalado, e que o capítulo fundamental sobre as origens americanas do nacionalismo era em grande parte ignorado. Infelizmente, não encontrei nenhuma solução “instantânea” melhor que mudar o título do capítulo 3 para “Pioneiros crioulos”.

Os dois “apêndices” tentam corrigir sérias falhas teóricas da primeira edição.² Vários críticos amigos tinham comentado que o capítulo 6 (“A última onda”) de *Comunidades imaginadas* simplificava demais o processo de modelagem dos primeiros nacionalismos do Terceiro Mundo. Além disso, o capítulo não tratava seriamente da questão do papel do estado colonial local (mais que do metropolitano) ao dar um contorno a esses nacionalismos. Ao mesmo tempo percebi, incomodado, que aquilo que eu acreditava ser uma contribuição significativamente nova para a reflexão sobre o nacionalismo — as percepções cambiantes do tempo — estava claramente sem a sua necessária coordenada complementar: as percepções cambiantes do espaço. A brilhante tese de doutorado de Thongchai Winichakul, um jovem historiador tailandês, me levou a pensar sobre a contribuição da cartografia para a imaginação nacionalista.

Assim, “Censo, mapa, museu” analisa como, inconscientemente, o estado colonial oitocentista (e as políticas fomentadas pelo seu ethos) gerou dialeticamente a gramática dos nacionalismos que acabaram surgindo para combatê-lo. Na verdade, poderíamos até dizer que o estado imaginou seus adversários locais,

2. O primeiro apêndice surgiu a partir de um trabalho realizado para uma conferência que ocorreu em Karachi, em janeiro de 1989, e que foi patrocinada pelo World Institute for Development Economics Research of the United Nations University. Um esboço do segundo apareceu no *Times Literary Supplement* de 13 de junho de 1986, sob a rubrica de “Narrando a nação”.

como em um sonho profético e agourento, muito antes que eles viessem a existir historicamente. Para a formação desse modo imaginativo, a quantificação/serialização abstrata das pessoas promovida pelo censo, a racionalização do espaço político proporcionada pelo mapa e a genealogização profana, “ecumênica”, realizada pelo museu fizeram contribuições interligadas.

A origem do segundo “apêndice” foi o fato humilhante de perceber que, em 1983, eu citara Renan sem entender minimamente o que ele realmente dissera: tomei como facilmente irônico o que, na verdade, era extremamente bizarro. A humilhação também me obrigou a reconhecer que eu não dera nenhuma explicação inteligível de como, e por quê, as nações emergentes se imaginavam antigas. Aquilo que na maioria dos textos acadêmicos aparecia como truque maquiavélico, fantasia burguesa ou exumação da verdade histórica de repente me pareceu algo mais profundo e mais interessante. E se a “antiguidade” fosse, em determinado contexto histórico, a *consequência necessária* da “novidade”? Se, conforme eu pensava, o nacionalismo era a expressão de uma forma de consciência radicalmente transformada, então a percepção desse rompimento e o necessário esquecimento da consciência anterior não teriam de criar sua própria narrativa? Desse ponto de vista, as fantasias atávicas próprias de grande parte do pensamento nacionalista após os anos 1820 surgem como epifenômenos; o que realmente importa é o alinhamento estrutural da “memória” nacionalista pós-1820 com as premissas e convenções internas da biografia e da autobiografia modernas.

À parte qualquer mérito ou demérito teórico que possam ter os dois “apêndices”, cada um tem as suas próprias limitações corriqueiras. Os dados para “Censo, mapa, museu” foram totalmente extraídos do Sudeste Asiático. Em alguns aspectos, essa região oferece excelentes oportunidades para uma reflexão comparada, visto que abrange áreas que foram colonizadas por quase todas as grandes potências imperiais (Inglaterra, França, Holanda, Portugal,

Espanha e Estados Unidos), bem como o Sião, uma área que nunca foi colonizada. Mas resta ver se minha análise, ainda que plausível para essa região, pode ser aplicada de maneira convincente ao redor do mundo. No segundo apêndice, o material vago empírico se refere quase exclusivamente à Europa Ocidental e ao Novo Mundo, regiões sobre as quais o meu conhecimento é absolutamente superficial. Mas esse tinha de ser o foco, já que foi nessas regiões que as amnésias do nacionalismo se pronunciaram pela primeira vez.

Benedict Anderson
Fevereiro de 1991

Agradecimentos

Como o leitor poderá notar, a minha reflexão sobre o nacionalismo foi profundamente influenciada pelos textos de Erich Auerbach, Walter Benjamin e Victor Turner. Ao preparar o livro, foram de imenso proveito as críticas e sugestões do meu irmão Perry Anderson, de Anthony Barnett e de Steve Heder. J. A. Ballard, Mohamed Chambas, Peter Katzenstein, o finado Rex Mortimer, Francis Mulhern, Tom Nairn, Shiraishi Takashi, Jim Siegel, Laura Summers e Esta Ungar também me ajudaram de forma inestimável em vários aspectos. Naturalmente, nenhum desses críticos amigos é de maneira alguma responsável pelas falhas do texto, as quais cabem inteiramente a mim. Talvez seja o caso de dizer que minha especialidade, por formação e profissão, é o Sudeste Asiático. Essa informação pode ajudar a esclarecer alguns enfoques e exemplos do livro, além de reduzir suas pretensões globalizantes.

Introdução

Talvez, sem que tenha sido muito notada, esteja ocorrendo uma transformação fundamental na história do marxismo e dos movimentos marxistas. Os sinais mais visíveis são as guerras recentes entre o Vietnã, o Camboja e a China. Essas guerras são de importância histórica mundial por serem as primeiras a acontecer entre regimes com independência e credenciais revolucionárias inquestionáveis, e também porque nenhum dos beligerantes fez qualquer tentativa que não fosse extremamente superficial para justificar a carnificina nos termos de uma perspectiva teórica que se pudesse reconhecer como *marxista*. Se ainda era possível interpretar os conflitos de fronteira sino-soviéticos de 1969 e as intervenções militares soviéticas na Alemanha (1953), Hungria (1956), Checoslováquia (1968) e Afeganistão (1980) como — dependendo do gosto — “imperialismo socialista”, “defesa do socialismo” etc., ninguém, imagino eu, acredita seriamente que esses termos possam ter muito cabimento diante do que ocorreu na Indochina. Se a invasão e a ocupação vietnamita do Camboja, em dezembro de 1978 e janeiro de 1979, representaram a primeira *guerra convencio-*

nal em grande escala de um regime marxista revolucionário contra outro,¹ a investida da China no Vietnã, em fevereiro, logo confirmou o precedente. Apenas alguém muito crédulo se atreveria a apostar que, nesses últimos anos do século xx, alguma eclosão significativa de hostilidade entre Estados haverá de encontrar a União Soviética e a República Popular da China — sem falar dos estados socialistas menores — se apoiando ou lutando do mesmo lado. Quem pode ter certeza de que a Iugoslávia e a Albânia não irão se digladiar algum dia? Esses grupos heterogêneos que pedem a retirada dos acampamentos do Exército Vermelho da Europa Oriental deveriam lembrar o quanto a presença esmagadora dessas forças vem, desde 1945, impedindo o conflito armado entre os regimes marxistas da região.

Essas observações servem para ressaltar o fato de que, desde a Segunda Guerra Mundial, todas as revoluções vitoriosas se definiram em termos *nacionais* — a República Popular da China, a República Socialista do Vietnã e assim por diante — e, com isso, se firmaram solidamente num espaço territorial e social herdado

1. Escolhi essa formulação apenas para ressaltar a escala e o estilo do combate, e não para atribuir culpas. Para evitar possíveis mal-entendidos, cumpre dizer que a invasão de dezembro de 1978 resultou de confrontos armados entre partidários dos dois movimentos revolucionários, possivelmente desde 1971. Depois de abril de 1977, os ataques nas fronteiras, iniciados pelos cambojanos, mas rapidamente adotados pelos vietnamitas, aumentaram em tamanho e objetivo, culminando na grande incursão do Vietnã em dezembro de 1977. Mas nenhum desses ataques pretendia derrubar regimes inimigos ou ocupar grandes territórios, e o número de soldados envolvidos tampouco se comparava à quantidade de tropas utilizadas em dezembro de 1978. A controvérsia sobre as causas da guerra é apresentada de forma muito ponderada em: Stephen P. Heder, “The kampuchean-vietnamese conflict”, in David. W. P. Elliott (org.), *The third Indochina conflict*, pp. 21-67; Anthony Barnett, “Inter-communist conflicts and Vietnam”, *Bulletin of concerned Asian scholars*, 11:4 (outubro-dezembro 1979), pp. 29; e Laura Summers, “In matters of war and socialism Anthony Barnett would shame and honour Kampuchea too much”, *ibid.*, pp. 10-8.

do passado pré-revolucionário. Inversamente, se a União Soviética divide com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a rara distinção de não mencionar nacionalidades em seu nome, isso sugere que ela é não só a herdeira dos estados dinásticos pré-nacionais, mas também a precursora de uma ordem internacionalista no século XXI.²

Eric Hobsbawm tem plena razão ao afirmar que “os movimentos e estados marxistas têm mostrado a tendência de se tornarem nacionais não só na forma, mas também no conteúdo, ou seja, nacionalistas. Nada sugere que essa corrente não haverá de continuar”.³ E essa tendência não se restringe ao mundo socialista. As Nações Unidas admitem novos membros praticamente todos os anos. E muitas “nações antigas”, tidas como plenamente consolidadas, veem-se desafiadas por “sub”-nacionalismos em seu próprio território — nacionalismos estes, claro, que sonham com algum futuro feliz, livres dessa condição de “sub”. A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o “fim da era do nacionalismo”, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos.

Mas, se os fatos são claros, a explicação deles continua sendo objeto de uma longa discussão. Nação, nacionalidade, nacionalismo — todos provaram ser de difícilíssima definição, que dirá de análise. Em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele. Hugh Seton-Watson, autor do que é de longe o melhor e o mais

2. Quem tiver alguma dúvida sobre as pretensões do Reino Unido quanto a essa paridade com a União Soviética que se pergunte: qual a nacionalidade designada pelo seu nome? Grã-Brito-Irlandesa?

3. Eric Hobsbawm, “Some reflections on ‘The break-up of Britain’”, *New Left Review*, 105 (setembro-outubro 1977), p. 13.

abrangente texto em língua inglesa sobre nacionalismo, e herdeiro de uma vasta tradição liberal de historiografia e ciências sociais, observa com pesar: “Assim eu sou *levado* a concluir que não é possível elaborar nenhuma ‘definição científica’ de nação; mas o fenômeno existiu e continua a existir”.⁴ Tom Nairn, autor do inovador *The Break-up of Britain*, e herdeiro de uma tradição quase tão vasta de historiografia e ciências sociais marxistas, declara com a maior sinceridade: “A teoria do nacionalismo representa a grande falha histórica do marxismo”.⁵ Mas mesmo esse reconhecimento é um tanto enganador, pois pode-se entendê-lo como se estivesse referindo-se ao deplorável resultado de uma longa e deliberada busca de clareza teórica. Seria mais correto dizer que o nacionalismo demonstrou ser uma *anomalia* incômoda para a teoria marxista e, justamente por isso, preferiu-se evitá-lo, em vez de enfrentá-lo. De que outra maneira se explicaria por que Marx não esclareceu o pronome possessivo crucial na sua memorável formulação de 1848: “O proletariado de cada país deve, naturalmente, ajustar contas antes de mais nada com *a sua própria* burguesia?”⁶ De que outra maneira, também, se explicaria por que o conceito de “burguesia nacional” foi utilizado por mais de um século sem nenhuma tentativa séria de justificar teoricamente a pertinência do adjetivo? Por que *essa* segmentação da burguesia — uma classe mundial, na medida em que é definida pelas relações de produção — tem importância teórica?

Este livro pretende oferecer, a título de ensaio, algumas ideias

4. Ver o livro *Nations and states*, p. 5. Grifo meu.

5. Ver o artigo “The modern Janus”, *New Left Review*, 94 (novembro-dezembro 1975), p. 3. Este ensaio foi incluído sem alterações no livro *The break-up of Britain*, como capítulo 9 (pp. 329-63).

6. Karl Marx e Friedrich Engels, *The communist manifesto*, in *Selected works*, I, p. 45. Grifo meu. Em qualquer exegese teórica, a palavra “naturalmente” deveria acender uma luzinha vermelha de alerta para o leitor entusiasmado.

para uma interpretação mais satisfatória da “anomalia” do nacionalismo. A minha impressão é que tanto a teoria marxista quanto a liberal se estiolaram num derradeiro esforço ptolemaico de “salvar os fenômenos”. Creio haver uma necessidade urgente de se reorientar a perspectiva dentro de um espírito, por assim dizer, copernicano. O meu ponto de partida é que tanto a nacionalidade — ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [*nation-ness*] — quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda. Tentarei mostrar que a criação desses produtos, no final do século XVIII,⁷ foi uma destilação espontânea do “cruzamento” complexo de diferentes forças históricas. No entanto, depois de criados, esses produtos se tornaram “modulares”, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas. Tentarei mostrar também por que esses produtos culturais específicos despertaram apego tão profundo.

7. Como nota Aira Kemiläinen, os dois “pais fundadores” dos estudos acadêmicos sobre o nacionalismo, Hans Kohn e Carleton Hayes, defenderam essa datação de maneira muito convincente. A meu ver, suas conclusões não chegaram a ser objeto de sérios debates, a não ser por ideólogos nacionalistas em determinados países. Kemiläinen também observa que o uso do termo “nacionalismo” generalizou-se no final do século XIX. Não aparecia, por exemplo, em muitos dicionários oitocentistas correntes. Se Adam Smith invocou a riqueza das “nações”, foi para se referir apenas a “sociedades” ou “estados”. Aira Kemiläinen, *Nationalism*, pp. 10, 33 e 48-9.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Antes de encaminhar as questões levantadas anteriormente, seria aconselhável avaliar rapidamente o conceito de “nação” e oferecer uma definição operacional. É frequente a perplexidade, para não dizer irritação, dos teóricos do nacionalismo diante destes três paradoxos: (1) A modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador *versus* sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas. (2) A universalidade formal da nacionalidade como conceito sociocultural — no mundo moderno, todos podem, devem e hão de “ter” uma nacionalidade, assim como “têm” este ou aquele sexo — *versus* a particularidade irremediável das suas manifestações concretas, de modo que a nacionalidade “grega” é, por definição, *sui generis*. (3) O poder “político” dos nacionalismos *versus* a sua pobreza e até sua incoerência filosófica. Em outras palavras, o nacionalismo, ao contrário da maioria dos outros “ismos”, nunca gerou grandes pensadores próprios: nenhum Hobbes, Tocqueville, Marx ou Weber. Esse “vazio” cria certa condescendência entre os intelectuais cosmopolitas e políglotas. Alguém pode logo concluir, como Gertrude Stein diante de Oakland, que não há “nenhum ali ali” [*no there there*]. É exemplar que até um estudioso tão simpático ao nacionalismo quanto Tom Nairn possa, mesmo assim, escrever que: “O ‘nacionalismo’ é a patologia da história do desenvolvimento moderno, tão inevitável quanto a ‘neurose’ no indivíduo, e que guarda muito da mesma ambiguidade de essência, da tendência interna de cair na loucura, enraizada nos dilemas do desamparo imposto à maior parte do mundo (o equivalente do infantilismo para as sociedades), sendo em larga medida incurável”.⁸

A dificuldade, em parte, consiste na tendência inconsciente que as pessoas têm de hipostasiar a existência do nacionalismo-com-N-maiúsculo (como se alguém pudesse ter uma Idade-com-

8. *The break-up of Britain*, p. 359.

-I-maiúsculo) e, então, de classificá-“lo” como *uma* ideologia. (Nota-se que, se todos têm uma certa idade, a Idade é apenas uma expressão analítica.) Penso que valeria a pena tratar tal conceito do mesmo modo que se trata o “parentesco” e a “religião”, em vez de colocá-lo ao lado do “liberalismo” ou do “fascismo”.

Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada — e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.⁹ Era a essa imagem que Renan se referia quando escreveu, com seu jeito levemente irônico: “Or l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses” [Ora, a essência de uma nação consiste em que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido muitas coisas].¹⁰ Gellner diz algo parecido quando decreta, com certa ferocidade, que “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa* nações onde elas não existem”.¹¹ Mas o inconveniente dessa

9. Cf. Seton-Watson, *Nations and states*, p. 5: “A única coisa que posso dizer é que uma nação existe quando pessoas em número significativo de uma comunidade se consideram formando uma nação, ou se comportam como se formassem uma”. Podemos traduzir “se consideram” por “se imaginam”.

10. Ernest Renan, “Qu’est-ce qu’une nation?”, in *Oeuvres complètes*, 1, p. 892. E acrescenta: “tout citoyen français doit avoir oublié la Saint-Barthélemy, les massacres du Midi au XIII^e siècle. Il n’y a pas en France dix familles qui puissent fournir la preuve d’une origine franque...” [todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu, os massacres do Sul no século XIII. Não existem na França dez famílias que possam oferecer provas de uma origem franca...].

11. Ernest Gellner, *Thought and change*, p. 169. Grifo meu.

formulação é que Gellner está tão aflito para mostrar que o nacionalismo se mascara sob falsas aparências, que ele identifica “invenção” com “contrafação” e “falsidade”, e não com “imaginação” e “criação”. Assim, ele sugere, implicitamente, que existem comunidades “verdadeiras” que, num cotejo com as nações, se mostrariam melhores. Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. Os aldeões javaneses sempre souberam que estão ligados a pessoas que nunca viram, mas esses laços eram, antigamente, imaginados de maneira particularista — como redes de parentesco e clientela passíveis de extensão indeterminada. Até tempos bem recentes, o idioma javanês não tinha nenhuma palavra que designasse a abstração “sociedade”. Hoje em dia, podemos pensar na aristocracia francesa do *ancien régime* como uma classe, mas certamente ela só foi imaginada dessa maneira em época bastante adiantada.¹² Diante da pergunta: “Quem é o conde de X?”, a resposta normal não seria “um membro da aristocracia”, e sim “o senhor de X”, “o tio da baronesa de Y” ou “um cliente do duque de Z”.

Imagina-se a nação *limitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se unirão à sua

12. Hobsbawm, por exemplo, “fixa” a aristocracia como classe ao dizer que, em 1789, ela consistia em cerca de 400 mil pessoas numa população de 23 milhões. (Ver o seu livro *The Age of Revolution*, p. 78 [A era das revoluções, Europa 1789-1848, Paz e Terra, 1977].) Mas esse quadro estatístico da nobreza seria imaginável sob o *ancien régime*?

nação, como por exemplo na época em que os cristãos podiam sonhar com um planeta totalmente cristão.

Imagina-se a nação *soberana* porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. Amadurecendo numa fase da história humana em que mesmo os adeptos mais fervorosos de qualquer religião universal se defrontavam inevitavelmente com o *pluralismo* vivo dessas religiões e com o alomorfismo entre as pretensões ontológicas e a extensão territorial de cada credo, as nações sonham em ser livres — e, quando sob dominação divina, estão diretamente sob Sua égide. A garantia e o emblema dessa liberdade é o Estado Soberano.

E, por último, ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.

Essas mortes nos colocam bruscamente diante do problema central posto pelo nacionalismo: o que faz com que as poucas criações imaginativas da história recente (pouco mais de dois séculos) gerem sacrifícios tão descomunais? Creio que encontraremos os primeiros contornos de uma resposta nas raízes culturais do nacionalismo.

1. Raízes culturais

Não existem símbolos mais impressionantes da cultura moderna do nacionalismo do que os cenotáfios e túmulos dos *soldados desconhecidos*. O respeito a cerimônias públicas em que se reverenciam esses monumentos, justamente *porque* estão vazios ou *porque* ninguém sabe quem jaz dentro deles, não encontra nenhum paralelo verdadeiro no passado.¹ Para sentir a força dessa modernidade, basta imaginar a reação geral diante do sujeito intrometido que “descobre” o nome do *soldado desconhecido* ou que insiste em colocar alguns ossos de verdade dentro do cenotáfio. Estranho sacrilégio contemporâneo! E, no entanto, esses túmulos sem almas imortais nem restos mortais identificáveis dentro deles estão carregados de imagens *nacionais* espectrais.² (É

1. Os gregos antigos tinham cenotáfios, mas para indivíduos específicos, de identidade conhecida, e cujos corpos, por uma razão ou outra, não puderam receber um enterro normal. Devo esta informação à minha colega Judith Herrin, estudiosa de Bizâncio.

2. Considerem-se, por exemplo, essas notáveis expressões: a. “Os irmãos de armas nunca nos faltaram. Se o fizessem, um milhão de espectros em verde-oliva pardo,